

NOVOS MUNICÍPIOS

Falta de rua calçada a hospital

As 11 cidades capixabas mais jovens, criadas de 1990 a 1998, tiveram aumento de receita e qualidade de vida, mas seguem sem estrutura

Eduardo Alencar

Falta de ruas calçadas, hospitais e tratamento de esgoto. Esses são apenas alguns dos problemas encontrados nos 11 novos municípios capixabas, criados entre 1990 e 1998. São eles: Ponto Belo, Vila Pavão, Vila Valério, Sooretama, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, São Roque do Canaã, Brejetuba, Irupi, Marechal Floriano e Marataízes.

Entre 1991 e 2010, houve crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) — que mede longevidade, educação e renda —, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam ainda aumento da arrecadação, entre 2002 e 2013. Mas ainda faltam estruturas básicas.

O sociólogo especialista em Gestão Pública Rodolpho Rangel alerta que a emancipação impacta financeiramente o município a ser criado e também o antigo, assim como o Estado e a União.



WILTON JUNIOR

O SERVIDOR ELIELSON PORTO mostra a rua onde mora, em Sooretama, que até hoje não tem pavimentação. “Quando chove, é só lama, e quando está seco, é poeira”, reclamou ele, ao lembrar que é preciso ir a Linhares para ter acesso a hospital

“O novo município precisa estruturar sua condição de sustentabilidade administrativa, política, jurídica, cultural e socioambiental. Esse processo de estruturação inevitavelmente produz diversos custos sistêmicos e devem ser avaliados com cautela por um Estudo de Viabilidade Municipal”, destacou. O município de Irupi, que tem

11.723 habitantes e o pior IDHM entre 11 novos municípios, é o único que possui um hospital, conforme dados do IBGE.

Já Sooretama, que apresenta o terceiro pior IDHM entre as 11 novas cidades capixabas, tem mais 27 mil habitantes, segundo o IBGE, mas ainda oferece ruas sem calçamento e não tem um hospital, rela-

ou o servidor público Elielson Porto, 27 anos, morador local.

“Sempre morei aqui, e até hoje a minha rua não tem calçamento. Quando chove, é só lama, quando o tempo está seco, é poeira. Em relação a um hospital, continuamos dependendo de Linhares”, reclamou.

A Prefeitura de Sooretama informou, por meio de sua assessoria,

que em razão do corte de verbas, teve de parar algumas obras.

Ainda conforme a assessoria, o município não tem condições de manter um hospital, pois criaria mais gastos, mas disse que a prefeitura adquiriu novos equipamentos para o Pronto-Atendimento, e contratou médicos para atender melhor a população.

RAIO X DOS NOVOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

1 PONTO BELO
Emancipou-se de Mucurici em 1994

IDHM

1991 **0,415**
2010 **0,669**

Receita

2002 **R\$ 12.961.974,27**
2013 **R\$ 23.631.000,00**

4 SOORETAMA
Emancipou-se de Linhares em 1994

IDHM

1991 **0,332**
2010 **0,662**

Receita

2002 **R\$ 11.908.964,19**
2013 **R\$ 58.306.999,32**

6 GOVERNADOR LINDENBERG
Emancipou-se de Colatina em 1997

IDHM

1991 **0,389**
2010 **0,694**

2 VILA PAVÃO
Emancipou-se de Nova Venécia em 1991

IDHM

1991 **0,297**
2010 **0,681**

Receita

2002 **R\$ 11.161.824,01**
2013 **R\$ 25.713.493,17**

5 SÃO DOMINGOS DO NORTE
Emancipou-se de Colatina em 1993

IDHM

1991 **0,445**
2010 **0,682**

Receita

2002 **R\$ 9.883.477,57**
2013 **R\$ 25.895.187,99**

3 VILA VALÉRIO
Emancipou-se de Linhares em 1994

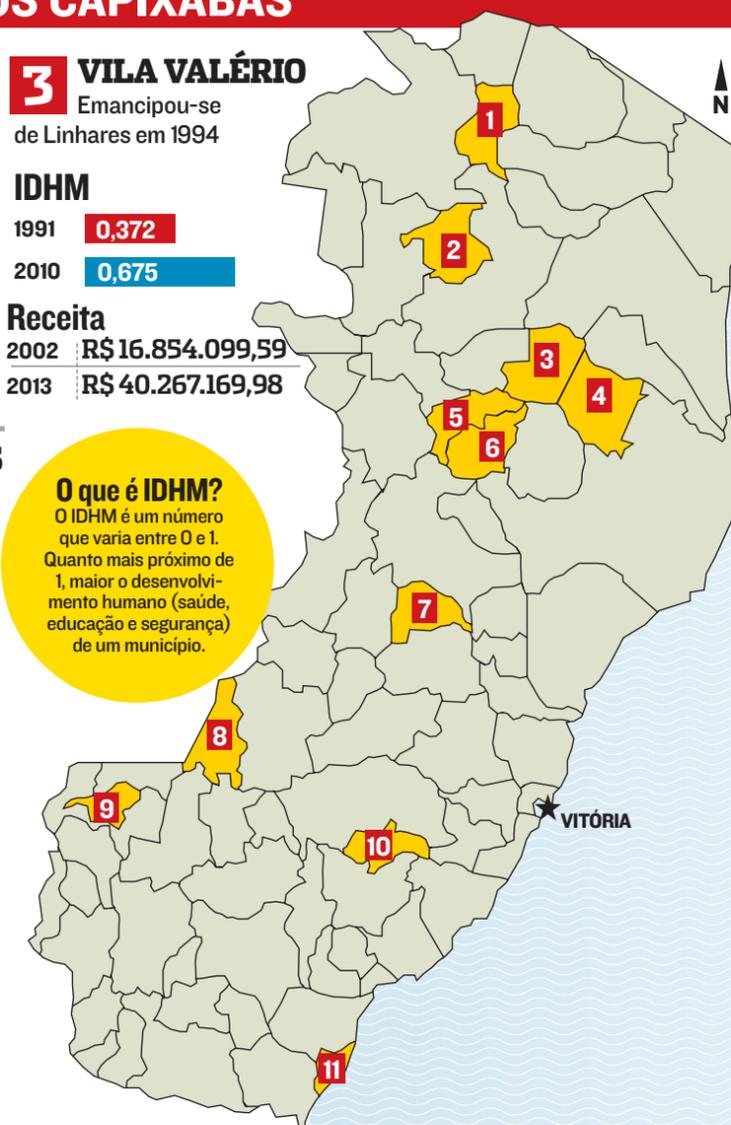
IDHM

1991 **0,372**
2010 **0,675**

Receita

2002 **R\$ 16.854.099,59**
2013 **R\$ 40.267.169,98**

O que é IDHM?
O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (saúde, educação e segurança) de um município.



7 SÃO ROQUE DO CANAÃ
Emancipou-se de Santa Teresa em 1994

IDHM

1991 **0,436**
2010 **0,700**

Receita

2002 **R\$ 11.468.148,27**
2013 **R\$ 30.648.852,13**

9 IRUPI
Emancipou-se de Lúna em 1991

IDHM

1991 **0,315**
2010 **0,637**

Receita

2002 **R\$ 12.514.651,42**
2013 **R\$ 32.222.162,05**

11 MARATAÍZES
Emancipou-se de Itapemirim em 1992

IDHM

1991 **0,441**
2010 **0,696**

8 BREJETUBA
Emancipou-se de Afonso Cláudio em 1995

IDHM

1991 **0,431**
2010 **0,656**

Receita

2002 **R\$ 16.632.634,06**
2013 **R\$ 33.570.567,35**

10 MARECHAL FLORIANO
Emancipou-se de Domingos Martins em 1991

IDHM

1991 **0,410**
2010 **0,710**

Receita

2002 **R\$ 17.945.602,67**
2013 **R\$ 42.858.247,54**

NOVOS MUNICÍPIOS

Dependência de verbas da União

As prefeituras dos municípios capixabas criados de 1990 a 1998 justificam que a dificuldade de investir para melhorar a infraestrutura ocorre pela dependência da União.

Para o ex-deputado estadual Salvador Bonomo, que participou do processo de emancipação de várias cidades, muitas foram criadas sem estudos sobre a economia local e hoje sofrem as consequências.

“Particpei da emancipação de vários municípios. Disse na época que alguns teriam dificuldades com a separação, pois não tinham renda para se manter. Houve melhora de uns, e de outros nem tanto. Não sei se existe movimento no sentido de fundir municípios, mas acredito que seria a melhor alternativa”, acredita.

O aposentado Sebastião Badaró, 82 anos, morador de Brejetuba, que tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os 11 novos municípios, concorda com a tese de Bonomo. Ele disse que a emancipação foi boa para sua cidade, que antes pertencia a Afonso Cláudio, mas lamenta que ainda falte estrutura básica no município.

“A cidade melhorou muito em relação ao que era. Chegou asfalto,

telefonia, as estradas melhoraram. Mas ainda temos problemas. A área da saúde é um deles: aqui não tem hospital e falta tratamento de esgoto na cidade”, reclamou.

A Prefeitura de Brejetuba, via assessoria, disse que o município teve queda na arrecadação, e hoje trabalha para manter os serviços essenciais à população, “prezando pela qualidade dos mesmos”.

Outras prefeituras também se manifestaram sobre suas dificuldades. O prefeito de Marechal Floriano, Lidiney Gobbi (PSB), afirmou que o maior problema se deve à queda na arrecadação com o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

Já as prefeituras de São Roque do Canaã e Vila Pavão informaram, por meio de suas assessorias, que vivem dificuldades porque dependem de repasses estadual e federal. Já em Marataízes, a assessoria da prefeitura comunicou que teve 30% de queda na arrecadação de royalties do petróleo, mas disse que a economia não foi muito afetada “por conta de recursos próprios”.

A reportagem entrou em contato via e-mail com prefeituras de Vila Valério, Ponto Belo, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg e Irupí, mas não houve respostas.



SEBASTIÃO até acredita que a emancipação foi boa para Brejetuba, mas lamenta que ainda falte estrutura básica

OAB critica criação de mais cidades

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, afirmou que existem grupos políticos que se aproveitam da falta de conhecimento da população e criam a falsa imagem de que a emancipação de um município vai resolver todos os problemas.

“Muitas vezes, a população não tem o conhecimento necessário para entender se vai ser bom para o município se emancipar. Vende-se a ideia de que é a solução dos problemas, e não é assim. É preciso ter um estudo de viabilidade e verificar as reais condições econômicas da localidade, ou vai apenas

distribuir pobreza”, destacou.

O presidente da OAB-ES ainda disse que uma possível emancipação de Terra Vermelha, em Vila Velha, e Nova Rosa da Penha, em Cariacica, que querem se tornar municípios, seria ruim para todos. “Se isso ocorrer, vai dividir pobreza”, declarou Homero Mafra.

FALA, LEITOR!

FOTOS: EDUARDO ALENCAR



JOSÉ GONÇALVES, 79, aposentado

“Não é a solução emancipar. Só querem arrumar mais gastos. Poderiam fazer mais pelas localidades e não separar”



EVANDRO LIMA, 56 anos, comerciante

“Não vai melhorar. Acho que se emancipar traz mais problemas porque tem de sustentar novas prefeituras e câmaras”



ADENIS GUIMARÃES, 28 anos, pizzaiolo

“Penso que emancipar um município não resolve os problemas do local e cria mais despesas porque é uma nova administração”



JOSÉ GONÇALVES SOBRINHO, 78, aposentado

“Acho que criar municípios não adianta. Deveriam juntar os pequenos para ser um município mais forte e não dividir”

ANÁLISE

Edmar Camata, secretário de Comunicação da ONG Transparência Capixaba



“A emancipação não resolve problemas”

A emancipação não resolve os principais problemas da população de um município. De imediato, a separação apenas vai criar mais cargos e uma nova estrutura burocrática para o Executivo e Legislativo municipais.

Hoje temos pequenos municípios no Espírito Santo sem quaisquer condições de sustentarem suas próprias estruturas, quanto mais prestar serviços com os quais a população sonhou quando foram criados. Essas cidades vivem na mendicância, implorando por recursos federais ou estaduais.

Melhor do que criar novos reductos de burocracia que beneficiam apenas grupos políticos, seria pensar a gestão e a saúde financeira dos municípios existentes, profissionalizando e otimizando o papel que desempenham.

É preciso pensar em estruturas mais leves para os legislativos municipais e organizações mais eficientes para as prefeituras. O assunto em questão é relevante para a sociedade brasileira, necessita de regulamentação e procedimentos legais.

A cada pedido de emancipação, é preciso pensar como será esse novo município daqui a 20 ou 30 anos.

Só dois poderiam se emancipar hoje

Pela nova regra de criação, desmembramento e fusão de municípios no Brasil, das 11 cidades capixabas criadas entre 1990 e 1998, apenas Sooretama e Marataízes conseguiriam se emancipar hoje em dia. O fato foi lembrado pelo presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, Dalton Perim (PMDB).

“Hoje, apenas Sooretama e Marataízes poderiam ser municípios. São os únicos com população acima de 20 mil habitantes e que cumprem a regra”, destacou.

O projeto de lei de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovado em julho deste ano, ainda precisa da sanção da presidente Dilma Rousseff. Nele consta a obrigatoriedade de um local que pretenda se emancipar ter no mínimo 20 mil habitantes, se estiver nas regiões Sul e Sudeste do País.

Dalton Perim afirmou que muitos municípios capixabas têm problemas relacionados à arrecadação por conta do seu tamanho.

“Quanto menor a população,



FERNANDO RIBEIRO — 04/08/2014

maior é a despesa. Um município de 10 mil habitantes exige a mesma organização de um de 50 mil moradores, mas a capacidade de arrecadação é menor”, lembrou.

O fator exposto pelo presidente da Amunes é confirmado pela Prefeitura de Nova Venécia, que perdeu o território de Vila Pavão.

Segundo a prefeitura, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é distribuído de acordo com o número de habitantes.

Nova Venécia, que tem 49.930 habitantes, arrecadou mais de R\$ 1,6 milhão em agosto deste ano com o FPM. Vila Pavão, que tem cerca de 9.320 moradores, recebeu pouco mais de R\$ 500 mil de arrecadação com o fundo.

Caso os dois municípios ainda fossem apenas um, Nova Venécia calcula que arrecadaria 30% a mais. Apesar disso, a prefeitura afirmou não ter sofrido prejuízos com a emancipação de Vila Pavão.

OS CRITÉRIOS

Criação de municípios

> PROJETO DE LEI aprovado no Senado e que ainda requer sanção presidencial prevê que, em caso de emancipação, o requerimento deve ter, no mínimo, a assinatura de 20% dos eleitores residentes na região geográfica interessada. Já para fusão ou incorporação, o pedido deve ter as assinaturas de pelo menos 3% dos eleitores dos municípios envolvidos.

> A CRIAÇÃO, incorporação, fusão e desmembramento de municípios dependem da realização de estudo de viabilidade municipal.

> OUTRA NORMA é que os novos municípios, após a criação, devem ter população igual ou superior a 6 mil habitantes no Norte e no Centro-Oeste do País; 12 mil no Nordeste; e 20 mil habitantes no Sul e Sudeste.

> O PROJETO é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e teve como relator o senador Valdir Ralpp (PMDB-RO). A matéria foi aprovada em julho deste ano pelo Senado.

> APESAR DE APROVADO no Senado, o projeto ainda depende da sanção da presidente Dilma Rousseff, que já vetou duas propostas semelhantes.

DALTON PERIM afirmou que muitos municípios têm problemas de arrecadação devido a seu tamanho: “Quanto menos moradores, mais despesa”